



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA
ESTADO DE SÃO PAULO
Cidade Folclore



REQUERIMENTO Nº 31, de 19 de abril de 2022.

**"Objetiva o fornecimento de informações sobre o
não pagamento de auxílio alimentação às mães
durante a licença maternidade"**

Os Vereadores que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, REQUEREM que após a tramitação regimental, seja encaminhado expediente ao Prefeito Municipal, solicitando que o mesmo remeta a esta Casa de Leis dentro do prazo legal estipulado pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno da Câmara Municipal o pedido de informação abaixo descrito:

CONSIDERANDO que a Lei nº 1.647/2011, que em seu art. 4º dispõe sobre as hipóteses de perda do auxílio, não contempla as gestantes e mães (pois não estão afastadas com perda da remuneração, mas sim, com remuneração integral), além de entrarem na exceção feita àqueles que se encontram afastados pelo INSS;

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica do Município dispõe:

“Art. 101. O Município estabelecerá em lei, o regime jurídico de seus servidores, atendendo as disposições, aos princípios e aos direitos que lhes são aplicáveis pela Constituição Federal, dentre os quais concernentes a:

XI – licença à gestante ou por adoção de recém nascido, **sem prejuízo** do emprego e da



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA
ESTADO DE SÃO PAULO
Cidade Folclore



remuneração, com duração de 180 (cento e oitenta) dias (...)”

CONSIDERANDO que a administração somente pode fazer o que consta expressamente na lei, em observância à estrita legalidade;

REQUER a informação sobre o motivo legal de não pagamento de auxílio alimentação às mães e gestantes que se encontram em licença, com vencimentos integrais, e de quando o benefício será reestabelecido e pagas as parcelas em atraso.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA
ESTADO DE SÃO PAULO
Cidade Folclore



JUSTIFICATIVA

Existe a necessidade de que o sistema funcional público ser ágil, mas por outro lado é necessário que o contingente se faça acompanhar de eficiência, eficácia, de produtividade e de qualidade. Diante destas prerrogativas citadas esta proposição busca fazer com que o Poder Legislativo não permaneça no descaso na questão da fiscalização, eximindo-se assim da convivência com o Poder Executivo em matérias de interesse público.

Assim, é dever de todo vereador, como representante legítimo do povo e amparado em dispositivos constitucionais e legais, tomar conhecimento da administração pública. Nesse caso, requeremos informações para melhor transparência administrativa e prestação de contas aos nobres *edís* e população alegriense, que solicitam tal informação.

O Município deve ser regido pela estrita legalidade, pilar do direito administrativo. Assim, o pagamento, ou sua ausência, deve ser justificado pelas leis vigentes.

Certos de que o pedido se reveste de interesse público, aguardo a aprovação em plenário.

Câmara Municipal de Santo Antônio da Alegria, 19 de abril de 2022.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA
ESTADO DE SÃO PAULO
Cidade Folclore




Claudio Luiz Carvalho

Vereador (Autor)

Aprovação em Discussão
e Votação Única

19/4/22
Am


Paulo Henrique Alves

Vereador (Autor)

ENCAMINHE-SE
EM 19/4/22
Am
PRESIDENTE